

CAPÍTULO 12

A CONSOLIDAÇÃO DOS SINAIS-TERMO EM LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES SURDOS NA GRADUAÇÃO

 <https://doi.org/10.68044/8pghf591>

Rosinéia Dos Santos Aragão Sanches ¹

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual De Maringá.

Talita Aparecida dos Santos Warken ²

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ) e em Letras-Libras pela Faculdade Eficaz.

Marli Cocolete Ferreira ³

Letras Português e Letras Libras pela CeUnina - Centro Universitário - Polo de Campina da lagoa.

Sueli Pereira ⁴

Graduada em Letras Libras pela Universidade Federal de Mato Grosso do sul Professora da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Marcelo de Araújo Costa ⁵

Graduado em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de rede Municipal de Ensino.

Maisa Conceição Silva ⁶

Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

RESUMO: O artigo analisa a consolidação dos sinais-termo em Libras no ensino superior, relacionando esse processo às políticas públicas de acessibilidade linguística e à formação acadêmica de estudantes surdos na graduação. Parte-se da compreensão de que o acesso à universidade não garante, por si só, condições efetivas de permanência e participação, especialmente quando persistem barreiras terminológicas, pedagógicas e comunicacionais. Com base em estudos sobre Terminologia, políticas linguísticas, dicionarização, letramento acadêmico bilíngue e educação de surdos, discute-se a criação, validação, registro, circulação e uso de sinais-termo em diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se a importância de glossários, dicionários e repositórios digitais, bem como da atuação articulada entre estudantes surdos, professores, tradutores-intérpretes e pesquisadores. Conclui-se que políticas institucionais permanentes de desenvolvimento terminológico podem fortalecer a autonomia acadêmica, ampliar o acesso ao conhecimento científico e assegurar maior equidade linguística na educação superior brasileira, reconhecendo a Libras como língua de ensino, pesquisa e produção científica acadêmica.

Palavras-chave: Libras; Sinais-termo; Ensino superior; Acessibilidade linguística; Políticas linguísticas.

INTRODUÇÃO

A ampliação da presença de estudantes surdos no ensino superior brasileiro tem provocado transformações relevantes nas discussões sobre inclusão, acessibilidade, direitos linguísticos e políticas educacionais. Se, em períodos anteriores, a própria entrada da pessoa surda na universidade representava uma barreira de difícil transposição, a consolidação de marcos jurídicos relacionados à Língua Brasileira de Sinais (Libras), associada às políticas de expansão da educação superior e às lutas protagonizadas pelas comunidades surdas, ampliou progressivamente as possibilidades de acesso às instituições universitárias. Entretanto, o ingresso formal não

corresponde, necessariamente, à garantia das condições linguísticas, pedagógicas e acadêmicas indispensáveis à permanência e à formação qualificada desses estudantes.

Essa constatação desloca o debate da mera presença física da pessoa surda na universidade para as condições concretas por meio das quais o conhecimento científico é produzido, ensinado, traduzido, interpretado e compartilhado. Nesse contexto, ganha especial relevância a discussão sobre os sinais-termo, compreendidos como unidades terminológicas em língua de sinais relacionadas a conceitos específicos dos diferentes domínios científicos, técnicos, profissionais e acadêmicos. A expansão da participação de pessoas surdas em cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos de pesquisa e atividades extensionistas amplia igualmente a necessidade de nomear, explicar e discutir conceitos provenientes de áreas cada vez mais especializadas do conhecimento.

A Libras, como qualquer língua natural, apresenta dinamismo lexical e capacidade de ampliar seu repertório diante das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas. O desenvolvimento de novas áreas acadêmicas, o contato com conceitos especializados e a inserção de sujeitos surdos em diferentes campos profissionais produzem demandas terminológicas que não podem ser reduzidas a simples correspondências entre palavras da língua portuguesa e sinais isolados. O sinal-termo pressupõe relação com um

conceito especializado, com determinada área do saber e com práticas discursivas específicas. Dessa perspectiva, sua produção exige investigação conceitual, participação de usuários da língua, análise linguística, validação, documentação, registro, circulação e uso social.

Santos e Castiglioni (2021) demonstram que a terminologia técnico-científica se diferencia do léxico geral justamente por sua vinculação aos conhecimentos especializados. Os conceitos científicos precisam ser adequadamente denominados para que possam circular nas comunidades discursivas que os utilizam. Ao discutir a constituição terminológica, as autoras recuperam a compreensão de que criação, consolidação e registro constituem processos relevantes para impedir que unidades terminológicas produzidas em determinado contexto desapareçam ou permaneçam circunscritas a pequenos grupos.

A esse respeito, a discussão apresentada pelas autoras, apoiada em Faulstich, evidencia a natureza conceitual do termo:

Os novos conceitos científicos e técnicos precisavam ser resumidos numa expressão denominadora (termo) para que a referência pudesse ser conhecida. Agora já não era mais a palavra e seu significado que estavam em primeiro lugar, mas os objetos e a denominação das coisas, que exigiam uma delimitação própria da linguagem especializada (Faulstich, 1997 *apud* Santos; Castiglioni, 2021, p. 158).

A compreensão acima é particularmente pertinente quando transposta para a Libras. Um sinal utilizado em determinada situação cotidiana não se transforma automaticamente em sinal-termo. A especialização envolve uma relação conceitual constituída no interior de um domínio de conhecimento. Da mesma forma, a produção de um sinal-termo não deve decorrer de escolha individual improvisada ou de tradução literal de uma palavra da língua portuguesa. Santos e Castiglioni (2021, p. 159) salientam que precisam ser considerados aspectos fonológicos, morfológicos, sintático-semânticos, pragmáticos e os campos conceituais aos quais as unidades pertencem.

A expansão das pesquisas nessa área confirma que não se trata de questão periférica. Albres (2024), ao realizar revisão sistemática da produção relacionada aos sinais-termo para conceitos acadêmicos, evidencia o crescimento do interesse científico pelo desenvolvimento lexical e terminológico da Libras. A revisão mostra que diferentes áreas do conhecimento têm produzido glossários, dicionários, propostas terminográficas e investigações sobre criação e registro de sinais-termo. Ao mesmo tempo, evidencia assimetrias entre os campos científicos e indica que ainda existem áreas com repertórios pouco documentados, circunstância que interfere diretamente na atuação de estudantes, docentes e tradutores-intérpretes.

Essa questão adquire particular importância no ensino superior porque os estudantes são submetidos continuamente a discursos

altamente especializados. Desde os primeiros períodos da graduação, entram em contato com conceitos próprios das disciplinas, nomenclaturas científicas, referenciais teóricos, gêneros acadêmicos, terminologias metodológicas e conteúdos técnicos específicos. Quanto mais avança a formação universitária, maior tende a ser a densidade terminológica dos textos, aulas, seminários, laboratórios e demais práticas acadêmicas. Para estudantes surdos usuários da Libras, a inexistência, a pouca circulação ou o desconhecimento de sinais-termo pode gerar obstáculos adicionais à apropriação desses conteúdos.

O problema não está na capacidade linguística da Libras de expressar conhecimento científico. A questão encontra-se nas condições históricas, políticas e institucionais que determinaram sua presença relativamente recente em muitos espaços de produção formal do conhecimento. A ampliação lexical de uma língua ocorre à medida que seus usuários ocupam novos domínios sociais. Consequentemente, quanto maior a inserção da Libras nas universidades, laboratórios, grupos de pesquisa, congressos e ambientes profissionais, mais intensos se tornam os processos de criação, negociação e consolidação de terminologias.

Carniel (2018) situa esse processo dentro das transformações ocorridas após o reconhecimento da Libras e sua inserção no ensino superior. A institucionalização da disciplina de Libras, a criação do Letras Libras e a formação de professores e tradutores-intérpretes

contribuíram para ampliar a circulação da língua no universo acadêmico. Entretanto, o autor alerta para o risco de uma inclusão curricular limitada, baseada em conhecimentos introdutórios e desconectada das demais atividades formativas dos cursos. Assim, reconhecer a Libras institucionalmente constitui avanço essencial, mas não esgota as demandas relacionadas à formação universitária de pessoas surdas.

O desenvolvimento de recursos terminológicos aparece, nesse cenário, como dimensão estratégica da acessibilidade linguística. Glossários bilíngues, dicionários digitais, sinalários, bancos terminológicos e repositórios audiovisuais podem funcionar como instrumentos de acesso ao conhecimento quando produzidos com critérios linguísticos e terminológicos adequados. Gediél e Freitas (2021) defendem que a dicionarização da Libras pode ser compreendida como componente de uma política linguística, pois contribui para documentar a língua e ampliar as possibilidades de circulação de conceitos relacionados às áreas estudadas pelos estudantes surdos.

Essa concepção ultrapassa uma leitura assistencialista da acessibilidade. Produzir e consolidar sinais-termo não significa oferecer uma concessão individual ao aluno surdo, mas promover condições linguísticas para a participação de uma comunidade de falantes em determinados domínios de produção do conhecimento. A

universidade não é apenas local de transmissão de conteúdos; constitui espaço de criação científica, formação profissional, circulação discursiva, reconhecimento de saberes e legitimação de repertórios especializados. Consequentemente, as decisões relativas às línguas que podem participar desses processos constituem decisões políticas.

Viana e Lebedeff (2025) demonstram a pertinência desse argumento ao analisarem políticas linguísticas institucionais de universidades federais. As autoras verificam que os processos de internacionalização ocupam posição central em várias políticas, enquanto o reconhecimento do plurilinguismo interno e das línguas minoritárias, entre elas a Libras, muitas vezes permanece secundário. Tal constatação revela uma contradição: as universidades valorizam a pluralidade linguística quando relacionada à circulação internacional do conhecimento, mas nem sempre desenvolvem políticas igualmente robustas para línguas historicamente presentes em seu próprio território.

Nesse sentido, o problema que orienta este artigo pode ser formulado da seguinte maneira: **em que medida a consolidação de sinais-termo em Libras pode ser compreendida como parte das políticas públicas e institucionais de acessibilidade linguística necessárias à formação acadêmica e à permanência de estudantes surdos na graduação?**

Parte-se da hipótese de que a ausência de políticas sistemáticas para levantamento, criação, validação, registro, divulgação e atualização dos sinais-termo contribui para a manutenção de barreiras linguísticas no ensino superior. Embora professores e tradutores-intérpretes desenvolvam cotidianamente estratégias para solucionar lacunas terminológicas, iniciativas isoladas apresentam alcance limitado quando não existem mecanismos institucionais destinados à documentação, à circulação e à discussão coletiva desses repertórios.

O objetivo geral consiste, portanto, em analisar a consolidação de sinais-termo em Libras no ensino superior como dimensão da acessibilidade linguística e das políticas voltadas à formação acadêmica de estudantes surdos. Especificamente, pretende-se discutir a relação entre terminologia especializada e acesso ao conhecimento científico; compreender os processos de criação, validação, registro e circulação dos sinais-termo; analisar a contribuição de glossários, dicionários e sinalários para a formação universitária; problematizar o papel de professores e tradutores-intérpretes diante das lacunas terminológicas; examinar as relações entre políticas linguísticas, acesso, permanência e letramento acadêmico; e defender a necessidade de políticas institucionais contínuas para o desenvolvimento terminológico da Libras.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de compreender a acessibilidade linguística como processo mais amplo

do que a simples disponibilização de interpretação Libras–língua portuguesa. A atuação do tradutor e intérprete é indispensável, porém não pode concentrar isoladamente a responsabilidade institucional pela inclusão linguística. Produção de materiais bilíngues, formação docente, planejamento curricular, acesso a recursos terminológicos, reconhecimento da língua de instrução e desenvolvimento de políticas de corpus constituem igualmente dimensões fundamentais.

Fernandes (2022) demonstra que estudantes surdos no ensino superior precisam apropriar-se de práticas de letramento acadêmico que atravessam Libras e língua portuguesa escrita. O desenvolvimento de repertórios textuais em língua de sinais, associado à compreensão dos gêneros acadêmicos e à ampliação lexical, participa diretamente da constituição de uma cultura acadêmica efetivamente bilíngue. Dessa forma, discutir sinais-termo não significa limitar o debate à nomenclatura científica, mas relacioná-la aos processos de compreensão conceitual, leitura, escrita, tradução, argumentação e produção de conhecimento.

Metodologicamente, o artigo caracteriza-se como estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e natureza teórico-reflexiva. A análise fundamenta-se nos trabalhos disponibilizados para esta pesquisa acerca da Terminologia da Libras, sinais-termo, glossários e dicionários bilíngues, formação de professores, letramentos acadêmicos, políticas linguísticas e trajetória de estudantes surdos na

educação superior. A discussão busca estabelecer relações entre campos que, embora frequentemente estudados separadamente, encontram-se profundamente interligados quando se examinam as condições concretas de formação universitária de pessoas surdas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão contemporânea da Libras no ensino superior é resultado de transformações históricas construídas por movimentos sociais, pesquisadores, educadores e comunidades surdas. A passagem de uma concepção predominantemente clínico-terapêutica da surdez para perspectivas linguístico-culturais produziu mudanças significativas nas formas de compreender a escolarização das pessoas surdas. A diferença linguística passou a ocupar posição central na discussão educacional, permitindo questionar modelos que subordinavam a pessoa surda às formas de comunicação e aprendizagem da maioria ouvinte.

Carniel (2018) demonstra que o reconhecimento da Libras não resultou apenas de uma mudança legislativa isolada. O processo envolveu mobilização de lideranças surdas, pesquisadores e instituições que passaram a afirmar a língua de sinais como elemento de identidade, cultura, participação política e direito educacional. A Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 constituíram marcos decisivos nesse percurso, possibilitando maior

institucionalização da Libras e sua inserção nos currículos de formação de professores.

A obrigatoriedade da disciplina de Libras em determinadas graduações teve impacto importante na visibilidade da língua. Docentes, licenciandos e profissionais de diferentes áreas passaram a ter algum contato formal com discussões sobre língua de sinais, cultura surda e educação de surdos. Ao mesmo tempo, foram criados cursos, ampliaram-se espaços de formação de professores e tradutores-intérpretes e aumentou a presença de pesquisadores surdos no campo acadêmico.

Carniel (2018, p. 18) sintetiza parte desse processo:

Quem está se formando para atuar no magistério da educação básica pode ainda nem ter percebido, mas a recente inclusão da Libras na grade curricular das instituições de ensino superior do país representou uma reviravolta nos discursos especializados que vêm modificando os sentidos e os significados atribuídos à surdez e à língua de sinais.

A denominada “reviravolta discursiva”, contudo, não significa que as estruturas universitárias tenham se tornado plenamente bilíngues. Uma disciplina introdutória de Libras inserida em um currículo majoritariamente estruturado em língua portuguesa não é suficiente para modificar todas as práticas acadêmicas. O reconhecimento institucional constitui condição necessária, mas a democratização linguística exige mudanças no ensino, nos materiais,

na avaliação, na pesquisa, nas atividades administrativas e nas formas de produção e circulação do conhecimento.

Essa diferença entre reconhecimento formal e transformação das práticas é decisiva para analisar a questão dos sinais-termo. A entrada da Libras em áreas científicas nas quais anteriormente sua presença institucional era reduzida amplia a necessidade de desenvolvimento terminológico. Quando estudantes surdos passam a frequentar cursos como Medicina, Direito, Psicologia, Engenharia, Pedagogia, História, Geografia, Matemática, Física, Química ou Computação, conceitos especializados precisam ser discutidos em Libras.

A dificuldade não deve ser interpretada como deficiência lexical intrínseca da língua. Todas as línguas ampliam seus repertórios diante de novas experiências sociais. O vocabulário científico em línguas orais também foi historicamente construído, transformado, importado, adaptado e especializado. Na Libras, esse fenômeno torna-se especialmente visível porque sua expansão para determinados domínios acadêmicos ocorre simultaneamente à ampliação da presença social e política de seus usuários nesses espaços.

Albres (2024) identifica exatamente esse movimento ao estudar a produção acadêmica sobre sinais-termo destinados a conceitos científicos e acadêmicos. A existência crescente de pesquisas sobre glossários, dicionários e propostas terminológicas

demonstra que a Libras está ocupando novos campos discursivos. A ampliação terminológica representa, nesse sentido, não somente uma questão linguística, mas também um índice da expansão dos territórios sociais de uso da língua.

A discussão demanda, portanto, afastar perspectivas que relacionem automaticamente ausência de um sinal previamente registrado à incapacidade da Libras de expressar determinado conceito. O que existe, muitas vezes, é ausência de documentação, circulação ou consenso relativo sobre determinado item terminológico. Em outros casos, há sinais utilizados por comunidades locais, cursos universitários ou grupos de profissionais, mas pouco conhecidos fora daqueles espaços. Podem existir ainda várias formas concorrentes relacionadas ao mesmo conceito.

A universidade desempenha papel privilegiado nesse processo porque reúne estudantes, pesquisadores, professores, tradutores-intérpretes e profissionais de múltiplas áreas. Ela pode tanto contribuir para registrar e difundir repertórios quanto produzir práticas excessivamente centralizadoras. Por essa razão, o desafio consiste em consolidar terminologias sem transformar o processo em imposição de uma única variedade linguística.

A distinção entre sinal e sinal-termo constitui fundamento necessário para esta discussão. O léxico geral corresponde ao conjunto de unidades utilizadas pelos falantes em diferentes situações de

comunicação, enquanto a terminologia se relaciona mais diretamente às linguagens de especialidade e aos conceitos produzidos em campos delimitados do saber.

Santos e Castiglioni (2021) observam que, nos estudos terminológicos, termo e contexto de ocorrência são inseparáveis. A unidade terminológica não pode ser compreendida exclusivamente por sua forma, pois sua especificidade deriva da relação que estabelece com um conceito especializado e com determinada comunidade discursiva.

A expressão “sinal-termo”, conforme recuperada pelas autoras a partir das formulações de Enilde Faulstich, procura justamente marcar essa diferença. O componente “sinal” remete à língua de sinais, enquanto “termo” assinala a dimensão especializada da unidade lexical. Assim, nem todo sinal é um sinal-termo, ainda que um item da língua geral possa passar por processo de terminologização quando adquire significado especializado em determinado campo.

Esse movimento é particularmente importante nas ciências, uma vez que conceitos aparentemente familiares podem apresentar definições específicas. Termos como “movimento”, “força”, “cultura”, “gênero”, “função”, “sistema”, “rede”, “competência”, “campo”, “estrutura” ou “discurso” assumem sentidos particulares conforme a área do conhecimento na qual são empregados. Uma

tradução que desconsidere o domínio conceitual poderá produzir equivalências inadequadas.

Santos e Castiglioni (2021, p. 159) ressaltam que os processos de construção terminológica não podem ser aleatórios. A formação e a validação dos sinais-termo precisam considerar aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e pragmáticos da Libras, além da organização dos próprios campos conceituais. Essa afirmação é central porque impede que a criação terminológica seja entendida como simples invenção gestual para substituir uma palavra da língua portuguesa.

Outro aspecto essencial consiste na consideração das variantes. Ao descrever fichas terminológicas, Santos e Castiglioni (2021) observam que a Libras apresenta variação e que diferentes sinais podem ocorrer para uma mesma entrada terminológica. A documentação dessas variantes permite compreender a riqueza lexical da língua e evita transformar o glossário em instrumento prescritivo que apague usos regionais ou comunitários.

A consolidação de um sinal-termo, portanto, não deve ser confundida com padronização compulsória. Neste artigo, entende-se **consolidação terminológica** como processo pelo qual determinada unidade especializada passa a apresentar reconhecimento conceitual, recorrência de uso, documentação, circulação entre usuários e relativa

estabilidade em determinado domínio. Essa consolidação pode coexistir com variantes e ser continuamente revista pelos falantes.

Tal distinção possui consequências políticas importantes. A tentativa de estabelecer uma única forma “correta” nacionalmente pode desconsiderar a historicidade e a diversidade sociolinguística da Libras. Por outro lado, a ausência completa de mecanismos de documentação dificulta a circulação dos conhecimentos e pode obrigar diferentes grupos a reiniciar continuamente processos de criação para conceitos já discutidos em outros espaços. O desafio reside na construção de repertórios compartilháveis sem transformar documentação em prescrição autoritária.

Francisco, Castro Júnior e Prometi (2025) contribuem significativamente para essa discussão ao analisar metodologias utilizadas na estruturação de materiais terminológicos bilíngues. O trabalho evidencia a importância da microestrutura, da macroestrutura, da seleção de informações e das particularidades das línguas envolvidas. Fichas terminológicas destinadas à Libras precisam considerar sua modalidade visuoespacial e não podem simplesmente copiar modelos elaborados para línguas orais.

Essa compreensão reforça o argumento de que a terminologia em Libras demanda autonomia metodológica. Há possibilidade de diálogo com fundamentos gerais da Terminologia e da Terminografia, mas os instrumentos utilizados precisam contemplar vídeo,

movimento, configuração de mãos, orientação, localização, expressões não manuais, variantes e outras características relevantes para a identificação e descrição das unidades.

Um dos principais problemas observados em contextos universitários ocorre quando o processo de criação de um sinal-termo é tratado como etapa suficiente. Diante de um conceito sem equivalente conhecido, professores, estudantes ou intérpretes podem discutir uma forma provisória que possibilite a continuidade da aula. Esse procedimento é linguisticamente legítimo e frequentemente necessário. Entretanto, se o resultado não for documentado, compartilhado, analisado e colocado em circulação, seu alcance permanecerá restrito.

O processo pode ser compreendido como um ciclo composto por identificação da necessidade terminológica, estudo do conceito, levantamento de sinais existentes, análise de variantes, proposição quando necessária, validação, registro, divulgação, uso, avaliação e eventual reformulação. Nenhuma dessas etapas deve ser compreendida isoladamente.

Antes da criação, é fundamental investigar se a unidade já existe. Santos e Castiglioni (2021), ao pesquisarem terminologias relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa, realizaram levantamento de centenas de termos e buscaram verificar sua ocorrência em dicionários e glossários. Consultaram também

intérpretes para identificar formas efetivamente utilizadas nas práticas de tradução. Essa metodologia demonstra que a ausência em determinado dicionário não significa necessariamente inexistência na comunidade.

O levantamento de uso constitui aspecto central porque a Libras é produzida cotidianamente por comunidades distribuídas em diferentes regiões. Sinais desenvolvidos em universidades, associações, escolas, grupos profissionais e comunidades locais podem permanecer desconhecidos em outros territórios. A criação de redes entre esses espaços evitaria duplicações desnecessárias e favoreceria a circulação de repertórios.

Quando nenhuma unidade satisfatória é identificada, a proposição de um sinal-termo precisa partir do conceito e não apenas da forma gráfica da palavra em português. É necessário compreender a definição, as relações com outros conceitos, a estrutura da área e a função que o termo desempenha naquele campo. A partir desse conhecimento, pode-se discutir uma forma linguisticamente adequada à Libras.

Nesse sentido, Santos e Castiglioni (2021, p. 160), retomando Tuxi, destacam que a construção de uma ficha terminológica em língua de sinais não consiste na tradução mecânica de uma ficha elaborada em língua portuguesa. Cada língua exige estruturação compatível com seu funcionamento. Essa consideração é essencial

para impedir que os projetos terminológicos reproduzam uma relação hierárquica na qual o português funcione como matriz e a Libras apenas como código derivado.

A participação de pessoas surdas precisa ocupar lugar central na validação. O conhecimento técnico de especialistas da área também é indispensável, assim como a experiência dos tradutores-intérpretes. Um modelo participativo pode articular usuários surdos, docentes da área, pesquisadores de Libras, terminólogos e profissionais de tradução e interpretação.

A validação, nessa perspectiva, não significa conceder autorização definitiva a determinado sinal. Trata-se de processo de avaliação coletiva de sua adequação linguística e conceitual, acompanhado pelo uso. Uma forma inicialmente proposta pode adquirir grande circulação ou ser substituída por outra que se mostre mais funcional. A língua pertence aos seus usuários e, portanto, o processo terminológico precisa permanecer aberto à transformação.

Depois da validação, o registro torna-se indispensável. Dicionários e glossários transformam produções locais em recursos consultáveis por outras pessoas. A documentação registra não apenas a forma do sinal, mas também definição, domínio, contexto, variantes, fontes, exemplos e demais informações que possibilitam compreender sua utilização.

Albres (2024) mostra que as pesquisas acadêmicas em torno dos sinais-termo se concentram justamente em iniciativas desse tipo. A ampliação das pesquisas demonstra a emergência de uma preocupação com a documentação do conhecimento em Libras. No entanto, o caráter disperso de muitos projetos constitui um desafio adicional. Repositórios produzidos em diferentes universidades podem apresentar metodologias, interfaces e critérios distintos, dificultando a interoperabilidade e a pesquisa integrada.

A etapa seguinte é a circulação. Um glossário que existe, mas não é conhecido por estudantes, docentes e intérpretes, apresenta capacidade limitada de produzir acessibilidade. Recursos precisam ser divulgados, incorporados aos ambientes virtuais de aprendizagem, apresentados aos novos estudantes, utilizados por equipes de tradução e vinculados aos materiais das disciplinas.

Finalmente, a consolidação depende do uso. Não são as instituições isoladamente que determinam quais unidades permanecerão na língua. A utilização recorrente pelos falantes é um dos fatores centrais de estabilização. Políticas institucionais podem apoiar registro e divulgação, mas não devem substituir os processos sociolinguísticos pelos quais as comunidades selecionam, transformam e abandonam formas.

A produção de glossários, dicionários e sinalários em Libras tem crescido paralelamente à expansão da língua em contextos

científicos e educacionais. Esses recursos desempenham funções distintas, mas compartilham a possibilidade de ampliar o acesso ao conhecimento especializado.

Martins e Stumpf (2016), ao analisarem a coleta e o registro de sinais-termo da área da Psicologia, demonstram uma situação recorrente: a entrada de estudantes surdos em um campo acadêmico específico coloca em evidência a necessidade de repertórios terminológicos relacionados aos conceitos daquela área. A experiência descrita pelas autoras revela que o processo não se limita a inventariar sinais, mas envolve pesquisa junto a profissionais e usuários, identificação de variantes e construção de um glossário destinado à comunidade acadêmica.

A Psicologia constitui apenas um exemplo de um fenômeno mais amplo. A mesma necessidade aparece em áreas como Linguística, Educação, Biologia, Matemática, Química, Geografia, Direito, Medicina, Informática e Administração. Quanto maior a diversidade de trajetórias acadêmicas dos estudantes surdos, maior a demanda pela construção e pelo compartilhamento de linguagens de especialidade.

Malacarne e Oliveira (2018) analisam os sinalários enquanto instrumentos relacionados à divulgação científica em Libras. Os autores mostram que materiais disponibilizados em plataformas digitais ampliam a possibilidade de circulação de conhecimentos para

além do espaço físico das instituições. No entanto, também alertam para diferenças entre materiais e para a inexistência de uma padronização geral dos sinais, circunstância que reforça a necessidade de considerar a variação regional e os critérios adotados em cada produção.

A tecnologia digital modifica profundamente as possibilidades terminográficas para as línguas de sinais. Enquanto dicionários impressos dependiam de desenhos, fotografias ou sistemas de notação, ambientes digitais permitem registrar diretamente a realização do sinal em vídeo. Isso facilita a representação de movimento, orientação, localização e expressões não manuais, elementos fundamentais da Libras.

Os recursos digitais também permitem atualizações mais rápidas. A linguagem científica está permanentemente em transformação e novos conceitos aparecem continuamente. Um banco terminológico eletrônico pode incorporar novos verbetes, registrar variantes, atualizar definições, relacionar conceitos e disponibilizar diferentes formas de busca.

Entretanto, a tecnologia não resolve automaticamente questões políticas e metodológicas. A existência de vários pequenos glossários sem mecanismos de busca integrada pode produzir dispersão. Um estudante pode encontrar determinado sinal somente depois de consultar múltiplas plataformas. Outro problema consiste na ausência

de informações sobre autoria, área, processo de validação ou região de uso.

Por essa razão, as políticas universitárias poderiam fomentar redes colaborativas de terminologia, mantendo autonomia das comunidades e instituições envolvidas. Em lugar de buscar um dicionário único destinado a impor formas nacionais, uma rede poderia indexar repertórios diversos, informar as fontes e apresentar variantes.

Gediel e Freitas (2021) oferecem contribuição fundamental ao compreender o dicionário como política linguística. O recurso terminológico deixa de ser visto somente como material didático e passa a integrar o planejamento linguístico universitário. A dicionarização permite documentar repertórios, ampliar a disponibilidade de conceitos em Libras e oferecer suporte às práticas acadêmicas.

Essa leitura é particularmente produtiva porque evidencia que políticas linguísticas podem materializar-se em ações aparentemente técnicas. Decidir financiar um glossário, formar uma equipe terminológica, manter um repositório ou registrar determinada língua constitui escolha institucional sobre quais repertórios serão legitimados e disponibilizados.

Assim, dicionários e glossários não são neutros. Sua produção envolve seleção de termos, definição de usuários, escolhas teóricas,

formas de representação e critérios de validação. Quando desenvolvidos com participação da comunidade surda, podem tornar-se instrumentos de autonomia e ampliação da circulação científica. Quando elaborados sem essa participação, correm o risco de reproduzir relações de poder externas à comunidade.

A atuação dos tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa ocupa posição estratégica na educação superior. Esses profissionais participam diariamente da mediação de discursos especializados e frequentemente são os primeiros a enfrentar lacunas terminológicas durante as aulas.

A dificuldade ocorre porque o trabalho de interpretação acontece em tempo real. Quando o professor utiliza determinado conceito técnico para o qual não existe sinal conhecido, o intérprete precisa tomar decisões rapidamente. Pode recorrer à datilologia, a uma paráfrase explicativa, a classificadores, à descrição conceitual ou a uma forma negociada com o estudante. Cada estratégia possui potencialidades e limitações.

O uso excessivo da datilologia, por exemplo, pode permitir identificação da palavra em português, mas não garante compreensão do conceito. Em disciplinas com alta densidade terminológica, sequências extensas de soletração manual podem aumentar a carga cognitiva e dificultar o acompanhamento da exposição. Uma vez que

um sinal-termo adequado esteja estabelecido e compreendido, a comunicação tende a tornar-se mais fluida.

Santos e Castiglioni (2021, p. 170) observam que a associação progressiva entre o conceito e o sinal-termo pode ampliar o repertório léxico-terminológico do estudante. Esse aspecto demonstra que o desenvolvimento terminológico possui uma dimensão formativa. O estudante não apenas recebe uma tradução; amplia seu repertório especializado na própria língua.

Entretanto, é inadequado responsabilizar individualmente o intérprete por solucionar todas as lacunas existentes. A produção de terminologia especializada exige tempo de pesquisa, consulta a fontes, diálogo com especialistas e participação da comunidade. A interpretação simultânea em sala de aula não oferece as condições necessárias para esse processo.

O planejamento prévio constitui uma alternativa importante. Professores podem disponibilizar textos, slides, listas de conceitos e materiais antes das aulas. Intérpretes e estudantes podem identificar previamente unidades problemáticas e realizar pesquisas terminológicas. As universidades podem estabelecer horas de preparação integradas à carga de trabalho das equipes de tradução e interpretação.

Essa organização também fortalece a colaboração entre professor e intérprete. O docente possui conhecimento conceitual da

área; o intérprete possui conhecimento especializado sobre tradução e Libras; o estudante surdo contribui como usuário da língua e sujeito do processo formativo. A articulação entre esses saberes reduz improvisações e evita concepções equivocadas de que o intérprete seria responsável pelo ensino do conteúdo.

Viana e Lebedeff (2025) ressaltam que a presença do TILS continua sendo central para a acessibilidade linguística, mas observam que políticas linguísticas institucionais nem sempre explicitam essa função. As autoras defendem apoio institucional que ultrapasse o simples acesso à sala de aula e inclua suporte às práticas de leitura, escrita e participação acadêmica.

A consolidação terminológica integra esse suporte. Quando há glossários institucionais ou interinstitucionais, intérpretes dispõem de referências que podem orientar sua preparação. Quando inexistem, cada profissional pode ser obrigado a construir individualmente soluções provisórias, produzindo fragmentação terminológica e retrabalho.

Ao mesmo tempo, o glossário não substitui a competência tradutória. Nenhum sinal possui sentido isolado do discurso. O intérprete precisa compreender as relações conceituais, as intenções comunicativas e os contextos de uso. Um repertório terminológico é instrumento de apoio e não mecanismo automático de substituição lexical.

A discussão sobre sinais-termo não pode permanecer exclusivamente no campo da tradução e interpretação. Professores universitários também possuem responsabilidade pela acessibilidade pedagógica e comunicacional de suas disciplinas.

Gediel, Oliveira e Rodrigues (2021), ao analisarem o uso de um Dicionário Online Bilíngue Libras/Português na perspectiva de professores do ensino superior, demonstram que ferramentas dessa natureza podem colaborar para a formação docente e para a aproximação entre professores e estudantes surdos. O estudo parte justamente da constatação de que muitos professores apresentam conhecimentos limitados de Libras e de suas especificidades.

A disponibilidade de um dicionário não transforma imediatamente o professor em usuário fluente da língua. Todavia, pode colaborar para ampliar sua compreensão da modalidade visuoespacial, do repertório utilizado pelos estudantes e da necessidade de planejar estratégias pedagógicas acessíveis.

A formação docente torna-se ainda mais importante quando se considera que a inclusão não pode depender integralmente do intérprete. O professor continua responsável pelo ensino, pela seleção de conteúdos, pela organização das atividades, pela avaliação e pelo acompanhamento do processo de aprendizagem. Para exercer adequadamente essas funções, precisa reconhecer as necessidades linguísticas dos estudantes.

Isso implica disponibilizar antecipadamente materiais, utilizar recursos visuais, explicar conceitos de maneira contextualizada, evitar sobreposição entre fala e estímulos visuais que precisam ser observados simultaneamente, organizar turnos comunicativos e considerar tempos necessários à interpretação.

O trabalho com terminologia também pode integrar o próprio ensino. Conceitos fundamentais de uma disciplina podem ser apresentados acompanhados dos sinais-termo utilizados no campo. Quando existirem variantes, elas podem ser discutidas. Essa prática favorece estudantes surdos e ouvintes, pois torna explícita a dimensão conceitual da linguagem científica.

Francisco, Castro Júnior e Prometi (2025) evidenciam que materiais bilíngues precisam ser planejados considerando as estruturas das línguas envolvidas. A simples inserção de um sinal junto a uma palavra portuguesa não constitui necessariamente material bilíngue adequado. É preciso considerar definições, contextos, relações entre conceitos e formas de representação próprias da Libras.

A formação docente, portanto, precisa incluir uma compreensão mais ampla da acessibilidade linguística. Conhecer alguns sinais básicos pode facilitar relações interpessoais, mas não é suficiente para atuar em contextos acadêmicos altamente especializados. O professor deve compreender como sua disciplina se

relaciona às práticas discursivas do curso e como o repertório terminológico pode ser trabalhado pedagogicamente.

A formação universitária exige muito mais que domínio de conteúdos disciplinares. O estudante precisa aprender a participar de gêneros, práticas e formas de produção de conhecimento características da academia. Ler artigos, produzir resenhas, elaborar projetos, apresentar seminários, construir argumentos, compreender conceitos abstratos, participar de debates e produzir trabalhos científicos são práticas que constituem o letramento acadêmico.

Para estudantes surdos, essas experiências desenvolvem-se em contexto linguístico complexo. A Libras pode constituir sua primeira língua, enquanto a língua portuguesa escrita desempenha função de segunda língua. Além disso, a organização tradicional da universidade brasileira permanece fortemente dependente do português escrito.

Fernandes (2022) aborda os letramentos bilíngues de estudantes surdos no ensino superior e argumenta que a formação acadêmica precisa reconhecer essa condição linguística. A autora discute a necessidade de produção de repertórios textuais em língua de sinais e de práticas pedagógicas que articulem Libras e língua portuguesa sem subordinar uma à outra.

Nesse contexto, os sinais-termo desempenham função importante porque o letramento acadêmico não ocorre sem apropriação do vocabulário especializado. Compreender um conceito

envolve reconhecer sua posição em determinada rede teórica, diferenciá-lo de conceitos próximos e utilizá-lo em argumentações. Quando existe um sinal-termo consolidado e adequadamente compreendido, ele pode servir como elemento de organização conceitual na Libras.

Não se trata de afirmar que a simples existência do sinal produzirá aprendizagem. O estudante precisa construir o conceito. Entretanto, a disponibilidade de unidades terminológicas compartilhadas facilita a retomada do conhecimento, a discussão com pares, a elaboração de explicações e a participação em atividades acadêmicas.

A relação entre Libras e português escrito também pode ser enriquecida por recursos terminológicos bilíngues. Um verbete pode apresentar o sinal, a forma escrita correspondente, uma definição em Libras, uma definição em português, exemplos e relações com outros termos. Dessa maneira, o glossário torna-se espaço de conexão entre repertórios sem reduzir uma língua à outra.

Fernandes (2022) ressalta que a centralidade de materiais escritos e práticas de alfabetização construídas para estudantes ouvintes produz desafios históricos na formação de pessoas surdas. Isso reforça a necessidade de materiais multimodais que permitam acesso ao conteúdo a partir da língua de sinais e, simultaneamente, apoiem o desenvolvimento da leitura acadêmica em português.

O domínio dos sinais-termo pode contribuir também para a autoria científica de pesquisadores surdos. A produção de palestras, trabalhos acadêmicos, vídeos científicos e materiais didáticos diretamente em Libras exige repertório especializado. Quando a terminologia permanece pouco documentada, cada produção pode exigir reconstrução de soluções linguísticas que poderiam estar disponíveis coletivamente.

Dessa forma, terminologia e letramento acadêmico não são campos separados. Ambos dizem respeito ao direito do estudante de participar de práticas de produção de conhecimento em sua língua e de desenvolver competências necessárias à circulação em ambientes acadêmicos bilíngues.

A entrada de estudantes surdos na universidade não elimina automaticamente as desigualdades acumuladas em etapas anteriores da escolarização. Parte desses estudantes chega ao ensino superior depois de trajetórias marcadas por acesso tardio à Libras, experiências predominantemente oralistas, insuficiência de práticas bilíngues e dificuldades no ensino de português como segunda língua.

Essas condições tornam-se especialmente visíveis quando o estudante precisa lidar com a densidade dos textos acadêmicos. Viana e Lebedeff (2025) observam que pesquisas recentes apontam dificuldades relacionadas à produção escrita exigida pela

universidade, sobretudo quando a educação básica não proporcionou condições adequadas de desenvolvimento do letramento acadêmico.

Barbosa e Francisco Junior (2025), em pesquisa autobiográfica sobre a experiência de um estudante surdo na educação superior, mostram como a diferença entre contextos linguisticamente acessíveis e contextos fortemente centrados na língua portuguesa repercute na aprendizagem e na autonomia. Na graduação em Letras Libras, o contato com outros estudantes surdos, professores fluentes em Libras e práticas bilíngues favoreceu a comunicação e o processo formativo.

Já em ambiente acadêmico no qual prevaleciam textos longos e produções formais em língua portuguesa, o estudante enfrentou desafios adicionais. Em um dos registros analisados pelos pesquisadores, afirma-se:

Estudar com os materiais próprios para ouvintes e a falta de comunicação no ensino superior, sem possibilidade de adaptações [...] além da falta de formação dos professores para que aconteça uma inclusão efetiva e o não conhecimento da cultura surda [...] dificultaram meu desempenho acadêmico (Barbosa; Francisco Junior, 2025, p. 8).

O relato evidencia que as barreiras não decorrem da condição individual do estudante, mas da forma como o ambiente acadêmico organiza seus recursos e práticas. Quando materiais, metodologias e interações partem exclusivamente das experiências da maioria

ouvinte, a diferença linguística converte-se institucionalmente em desigualdade.

A ausência de terminologia acessível pode constituir uma dessas barreiras. O estudante que precisa acompanhar uma explicação especializada por meio de uma interpretação marcada por sucessivas soletrações, paráfrases improvisadas ou sinais pouco conhecidos enfrenta carga adicional de processamento. Isso não significa que todos os termos precisem possuir um único sinal previamente estabelecido, mas demonstra a importância de planejamento e documentação.

A permanência, portanto, deve ser compreendida como conceito qualitativo. Permanecer não significa somente estar matriculado até a conclusão do curso. Significa participar das aulas, compreender os conteúdos, realizar atividades, desenvolver autonomia, produzir conhecimento, participar de pesquisa e extensão, construir vínculos e ter oportunidades equivalentes de formação profissional.

Barbosa e Francisco Junior (2025) identificam a cultura surda e a construção da autonomia acadêmica como núcleos fundamentais da experiência analisada. A valorização da Libras e o contato com outros usuários da língua produziram condições mais favoráveis de formação. Quando essa dimensão linguístico-cultural foi

enfraquecida, surgiram dificuldades de comunicação, interação e acesso aos conteúdos.

Essa constatação permite compreender a consolidação de sinais-termo como uma política de permanência. Repertórios especializados acessíveis ampliam as possibilidades de participação do estudante nas atividades formativas e fortalecem sua autonomia na pesquisa de conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação dos sinais-termo em Libras no ensino superior constitui dimensão estratégica para a efetivação da acessibilidade linguística e para o fortalecimento da formação acadêmica de estudantes surdos. A análise desenvolvida evidencia que a ampliação do acesso à graduação, embora represente conquista histórica, não é suficiente quando as condições institucionais de permanência continuam estruturadas predominantemente a partir das práticas linguísticas da maioria ouvinte.

A presença da Libras na universidade alterou significativamente seu estatuto social e acadêmico. A legislação, os movimentos surdos, a criação de cursos de Letras Libras, a formação de tradutores-intérpretes e o desenvolvimento das pesquisas linguísticas contribuíram para ampliar os espaços ocupados pela língua. Entretanto, a entrada em novos domínios científicos revelou

demandas terminológicas que precisam ser enfrentadas como questão coletiva e institucional.

Os sinais-termo permitem nomear e organizar conceitos especializados em Libras. Seu desenvolvimento não pode ser reduzido à tradução palavra por palavra nem à invenção circunstancial de formas isoladas. Os estudos analisados mostram que os processos terminológicos precisam considerar definição conceitual, estrutura linguística, contexto de uso, variação, participação dos usuários, validação, documentação, registro e circulação.

Nesse sentido, propôs-se compreender consolidação de maneira distinta de padronização rígida. Consolidar significa ampliar condições de reconhecimento, registro, circulação e uso relativamente estável de unidades terminológicas, sem apagar variantes regionais, sociais e institucionais. A língua permanece dinâmica e pertence às comunidades que a utilizam.

Glossários, dicionários digitais, sinalários e bancos terminológicos assumem papel relevante nesse processo. Quando desenvolvidos com critérios científicos e participação da comunidade surda, podem constituir instrumentos de autonomia acadêmica, formação profissional e democratização do conhecimento. Sua função não se limita à consulta lexical: podem auxiliar na compreensão conceitual, na leitura, na produção acadêmica, na tradução, na interpretação e na formação de professores.

A análise também demonstra que a responsabilidade pela acessibilidade não pode recair exclusivamente sobre tradutores e intérpretes. Esses profissionais desempenham função indispensável, porém precisam atuar dentro de políticas institucionais que lhes ofereçam preparação, materiais, diálogo com docentes e acesso a recursos terminológicos. Professores, coordenadores de curso, núcleos de acessibilidade, gestores e pesquisadores compartilham responsabilidades.

A relação entre sinais-termo e letramento acadêmico revela-se igualmente fundamental. Estudantes surdos precisam acessar não apenas informações, mas os repertórios discursivos por meio dos quais as comunidades científicas constroem conhecimento. Uma terminologia especializada em Libras pode favorecer a apropriação conceitual, a participação em debates, a elaboração de apresentações e a construção da autoria científica.

Os estudos sobre trajetórias acadêmicas de pessoas surdas demonstram, por sua vez, que ambientes nos quais a Libras é valorizada e utilizada favorecem comunicação, autonomia e participação. Quando o português ocupa posição praticamente exclusiva e não existem recursos bilíngues adequados, a diferença linguística pode converter-se em barreira institucional.

As políticas linguísticas universitárias precisam enfrentar essa questão. O reconhecimento formal da Libras representa avanço

fundamental, porém políticas de status precisam dialogar com políticas de corpus e de aquisição. Documentar terminologias, produzir materiais bilíngues, apoiar pesquisas e ampliar a formação linguística são formas concretas de transformar reconhecimento jurídico em acessibilidade efetiva.

A análise de Viana e Lebedeff (2025) revela que a internacionalização recebe atenção destacada em políticas linguísticas de universidades, enquanto o plurilinguismo interno nem sempre ocupa a mesma centralidade. Tal cenário indica a necessidade de ampliar a concepção de diversidade linguística no ensino superior. Uma universidade plural não é somente aquela capaz de estabelecer relações em línguas estrangeiras de prestígio, mas também aquela que reconhece e fortalece as línguas utilizadas por sua própria comunidade acadêmica.

Defende-se, por isso, a institucionalização de programas permanentes de terminologia em Libras. Esses programas poderiam articular estudantes surdos, pesquisadores, docentes, tradutores-intérpretes e especialistas, organizar levantamentos por áreas, registrar variantes, produzir definições em Libras, estabelecer repositórios públicos e promover circulação dos recursos entre universidades.

A cooperação interinstitucional seria especialmente relevante. Grande parte do trabalho terminológico já produzido permanece distribuída em projetos específicos. A construção de redes permitiria

compartilhar resultados sem eliminar a autonomia linguística regional. Em vez de uma política centrada na imposição de formas únicas, poderia ser desenvolvida uma política de documentação, visibilidade e circulação da diversidade terminológica.

O protagonismo da comunidade surda deve constituir princípio inegociável. Pessoas surdas precisam participar da definição das prioridades, das decisões metodológicas e dos processos de validação. A consolidação dos sinais-termo não pode reproduzir práticas históricas nas quais decisões sobre a língua e a educação das pessoas surdas eram tomadas sem sua participação.

Conclui-se que investir na terminologia da Libras significa investir no direito ao conhecimento. Quando uma universidade cria condições para que conceitos científicos sejam produzidos, discutidos, registrados e compartilhados em Libras, amplia não apenas a acessibilidade individual do estudante matriculado naquele momento, mas as possibilidades futuras de formação de novas gerações de graduandos, professores e pesquisadores surdos.

A consolidação dos sinais-termo deve ser compreendida, portanto, como componente das políticas de acesso, permanência, formação e democratização epistemológica do ensino superior. Mais que disponibilizar sinais para palavras técnicas, trata-se de garantir à Libras condições institucionais para atuar plenamente como língua de ensino, estudo, pesquisa e produção científica. Nesse processo, a

acessibilidade linguística deixa de ocupar posição periférica e passa a integrar o próprio compromisso público da universidade com a diversidade, a equidade e o direito de todos os seus sujeitos participarem da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Produção de sinais-termos em Libras para conceitos acadêmicos: uma revisão sistemática e suas contribuições para surdos, professores e tradutores e intérpretes educacionais**. *GTLex*, Uberlândia, v. 9, p. 1-24, 2024. DOI: 10.14393/Lex-v9a2023/24-17.

BARBOSA, Daniel Cícero dos Santos; FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Sobre os obstáculos e aprendizagens de um estudante surdo na educação superior: transição entre graduação e pós-graduação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 18, n. 37, e21347, 2025. DOI: 10.20952/revtee.v18i37.21347.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, 2018. DOI: 10.1590/S1413-24782018230027.

FERNANDES, Sueli de Fátima. Letramentos bilíngues de estudantes surdos no ensino superior: um estudo das lendas brasileiras. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 36, n. 76, p. 217-241, jan./abr. 2022. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v36n76a2022-60476.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim; CASTRO JÚNIOR, Gláucio de; PROMETI, Daniela. Terminologia de materiais bilíngues: análise linguística e registro de sinais-termo em Libras. **Revista do GEL**, v. 22, n. 1, p. 105-130, 2025. DOI: 10.21165/gel.v22i1.3867.

GEDIEL, Ana Luisa Borba; FREITAS, Cíntia Kelly Inês. O dicionário como política linguística no contexto do ensino superior. **Signótica**, Goiânia, v. 33, e63671, 2021. DOI: 10.5216/sig.v33.63671.

GEDIEL, Ana Luisa Borba; OLIVEIRA, Bárbara Silveira Baptista de; RODRIGUES, Lael Machado. Dicionário Online Bilíngue Libras/Português: reflexões sobre a formação de professores do ensino superior. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 6494-6513, 2021. DOI: 10.5007/1984-8412.2021.e74450.

MALACARNE, Vilmar; OLIVEIRA, Verônica Rosemary de. A contribuição dos sinalários para a divulgação científica em Libras. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 289-305, maio/ago. 2018. DOI: 10.14393/ER-v25n2a2018-2.

MARTINS, Francielle Cantarelli; STUMPF, Marianne Rossi. Coleta e registro de sinais-terminos psicológicos para Glossário de Libras. **Leitura**, Maceió, v. 1, n. 57, p. 35-59, jan./jun. 2016. DOI: 10.28998/2317-9945.201657.35-59.

SANTOS, Ízea Folha Damasceno; CASTIGLIONI, Ana Claudia. Sinais-termo: uma proposta de ficha terminológica para a tradução de termos técnicos da disciplina curricular Língua Portuguesa. **Raído**, Dourados, v. 15, n. 39, p. 156-170, set./dez. 2021. DOI: 10.30612/raido.v15i39.14934.

VIANA, Joseane Maciel; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Políticas linguísticas no ensino superior: quais línguas, quais objetivos e para quem? **Prolingua**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 67-82, jan./jul. 2025. DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2025v20n1.74178.